

## **INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR: o caráter inquisitorial do inquérito policial face à entrada em vigor da lei 13.245/16.**

Wederson Frank da Silva<sup>1</sup>

Wesley Wadim Passos Ferreira de Souza<sup>2</sup>

### **RESUMO**

A lei 13.245/16 entrou em vigor no dia 13 de janeiro de 2016 e trouxe em seu texto a alteração do art. 7º do Estatuto da OAB (lei 8.906/94), ampliando e garantindo o direito do acesso do advogado às investigações que pesam em desfavor de seus clientes. Ao garantir o acesso amplo do advogado às investigações, teria a nova lei esvaziado o caráter inquisitorial do inquérito policial, tornando-o um procedimento acusatório? É inegável que a nova lei garantiu um amplo acesso do advogado ao inquérito policial, conferindo a ele o direito assistir a seu cliente tanto física como documentalmente, causando nulidade absoluta caso o interrogatório ou depoimento deste ocorra sem a presença daquele. Dessa forma, é necessário delimitar a amplitude das mudanças trazidas pela nova lei, tentando-se interpretar o *mens legis* que a norma carrega consigo para, ao final, compreender se as mudanças mitigaram (ou não) o caráter inquisitorial do inquérito policial.

**PALAVRAS-CHAVE:** lei 13.245/16; inquérito policial; mudanças no procedimento; caráter inquisitorial; caráter acusatório.

### **ABSTRACT**

Law 13.245/16 came into force on January 13, 2016 and brought in its text the amendment of art. 7 of the Statute of the OAB (Law 8.906 / 94), extending and guaranteeing the right of access of the lawyer to investigations that weigh to the detriment of its clients. By ensuring broad access of the lawyer to the investigations, would the new law have deprived the inquisitorial character of the police inquiry, making it an accusatory procedure? It is undeniable that the new law guaranteed wide access of the lawyer to the police investigation, granting him the right to assist his client both physically and documentally, causing absolute nullity if the interrogation or testimony occurs without the presence of the latter. Thus, it is necessary to delimit the scope of the changes brought by the new law, trying to interpret the *mens legis* that the law carries with it, in the end, to understand if the changes mitigated (or not) the inquisitorial character of the police investigation.

**KEYWORDS:** law 13.245/16; police investigation; changes in procedure; inquisitorial character; accusatory character.

---

1 Graduado em Direito pela Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce (Fadivale).

2 Doutorando em Ciências da Comunicação pela Unisinos/RS. Mestre em Direito e Instituições Políticas pela FUMEC-BH (2008). Graduado em Ciências Militares com ênfase em Segurança Pública no Curso de Formação de Oficiais - Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (1994). Graduado em Direito pela Faculdade de Direito Milton Campos (1995). Atualmente é professor de Direito Processual na Escola Superior Dom Helder Câmara e de Direito Constitucional na Fadivale. Magistrado Federal - Tribunal Regional Federal da Primeira Região, tendo atuado como Promotor de Justiça em Minas Gerais entre 1998 e 2002 e como Oficial da PMMG entre 1994 e 1998. Dedica-se à pesquisa nas áreas do Direito processual penal, Direito constitucional, além de Direito previdenciário e proteção ao consumidor.

## SUMÁRIO

**1 INTRODUÇÃO. 2 SISTEMAS PROCESSUAIS. 2.1 SISTEMA INQUISITIVO. 2.2 SISTEMA ACUSATÓRIO. 2.3 SISTEMA ACUSATÓRIO FORMAL OU MISTO. 2.4 SISTEMA PROCESSUAL ADOPTADO NO BRASIL. 3 FORMAS DE COLETA DOS ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO. 3.1 INQUÉRITO POLICIAL. 3.1.1 Características do Inquérito Policial. 3.2 MUDANÇAS NO ESTATUTO DA OAB. 4 A LEI 13.245/16 E O CARÁTER INQUISITORIAL DO INQUÉRITO POLICIAL. 5 CONCLUSÃO. REFERÊNCIAS.**

## 1 INTRODUÇÃO

É sabido que a peça acusatória, seja ela uma queixa-crime nos crimes de ação penal privada ou uma denúncia nos de ação pública, deve conter um lastro probatório mínimo que indique a prática de um delito e sua possível autoria. Para isso, é necessária a coleta de elementos de informação e provas que substanciem o exercício de ação por parte do seu detentor.

A busca dos elementos de informação pode se dar das mais variadas formas, sendo a investigação preliminar o meio mais comum de coleta dos referidos elementos. Dentre as diversas formas de investigação preliminar existentes no dia-a-dia do processo penal, a que historicamente desponta como a mais utilizada é o inquérito policial. Presidido pela Autoridade de Polícia, o inquérito policial não segue um rito fixo, sendo suas diligências realizadas a partir do poder discricionário do Delegado de Polícia (Civil ou Federal), buscando a máxima eficiência e eficácia na ordem e forma com as quais são feitas.

Nesse contexto, insta trazer à baila as duas espécies de sistemas processuais conhecidas no Direito Processual Penal, quais sejam, o sistema inquisitorial e o sistema acusatório. Há também um terceiro sistema tratado pela doutrina como sistema misto ou acusatório formal.

É notório que o inquérito policial repousa sob o sistema inquisitorial, visto que a ausência de contraditório e ampla defesa é fato marcante, haja vista que sua natureza jurídica é de procedimento administrativo pré-processual e seu propósito primeiro é a coleta de elementos de informação, os quais ocorrem sem a participação dialética dos interessados.

Em meio a um cenário em que se encontravam deflagradas diversas operações policiais destinadas a desvendar crimes de corrupção praticados por políticos e empresários a nível nacional, ocorre o advento da lei 13.245/2016

(BRASIL, 2016) que alterou o art. 7º do Estatuto da OAB (BRASIL, 2016), conferindo aos advogados o direito de assistir seus clientes durante as apurações de infrações, bem como garantindo o acesso daquele profissional aos autos dos procedimentos investigatórios. Dessa forma, indaga-se se a participação da defesa técnica passou a ser obrigatória no desenvolvimento do inquérito policial e, sobretudo, se tal intervenção retira o caráter inquisitivo do procedimento, tornando-o acusatório.

Será feita uma análise *damens legis* para delimitar o alcance da mudança trazida pelo novel art. 7º do Estatuto da OAB.

## 2 SISTEMAS PROCESSUAIS

Fazendo uma aproximação histórica é possível perceber que a construção do direito processual penal foi marcada pelo surgimento de três espécies distintas de sistemas processuais, sob os quais repousam as normas que conduzem o caminho até a decisão e estabelecem a forma de exercício de direitos e da própria atuação do Estado na persecução penal, quais sejam: o inquisitório (ou inquisitivo), o acusatório e o sistema acusatório formal ou misto. Tais sistemas dão contorno ao regramento processual, mormente o que tange à concentração da gestão da prova.

### 2.1 SISTEMA INQUISITIVO

O sistema inquisitivo foi adotado pelo Direito Canônico a partir do século XIII, se alastrando pela Europa, inclusive em tribunais civis até meados do século XVIII. O sistema em questão traz consigo algumas características marcantes: a persecução penal pública iniciada pelo próprio órgão jurisdicional, afastando a dependência da vontade do particular; o tratamento do acusado como mero objeto das investigações e não sujeito de direitos; o procedimento marcado pela busca incessante pela verdade real, que para ser obtida admitia todos os meios possíveis, até mesmo a tortura; a concentração dos poderes de acusar e julgar nas mãos de uma única pessoa (ou órgão). Certa parte da doutrina leciona no sentido de que não só acusação e julgamento, mas também a defesa se concentrava na mesma pessoa, como se depreende das palavras de Lima (2017, p. 38, grifo nosso): "Tem como característica principal o fato de as funções de acusar, defender e julgar

encontrarem-se concentradas em uma única pessoa, que assume assim as vestes de um juiz acusador, chamado de **juiz inquisidor**."

Percebe-se, de plano, uma incompatibilidade entre as funções de acusar e julgar, o que invariavelmente contamina aquele que as recebe, pois quem acusa vincula-se à satisfação da pretensão punitiva, afastando qualquer possibilidade de imparcialidade ao julgar. Dessa mesma concentração deriva-se um esgotamento do contraditório dada a latente falta de contraposição entre as funções de acusar e defender. A lógica utilizada era de que não haveria a necessidade de um defensor, pois se culpado o réu não o merecia; caso fosse inocente, o juiz inquisidor reconheceria a inocência e o absolveria.

Sendo assim, no sistema inquisitório não se observa uma exteriorização dos direitos fundamentais do acusado, mas sim uma busca pela satisfação da pretensão punitiva do Estado, como anotam Távora e Alencar (2016, p. 23):

No sistema inquisitivo (ou inquisitório), permeado que é pelo princípio inquisitivo, o que se vê é a mitigação dos direitos e garantias individuais, em favor de um pretensão interesse coletivo de ver o acusado punido. É justificada a pretensão punitiva estatal com lastro na necessidade de não serem outorgadas excessivas garantias fundamentais.

Como consequência dessas premissas, o sistema inquisitivo adquire características próprias, tais como: o sigilo de sua tramitação, a inexistência do princípio da presunção de inocência, a possibilidade da utilização de tortura como meio de consecução da prova, a facilidade da decretação da prisão do acusado durante a instrução, a possibilidade do início da ação penal *ex officio* por parte do juiz, dando origem ao que se convencionou chamar de processo judicialiforme e, como dito, a ausência do contraditório e da ampla defesa.

## 2.2 SISTEMA ACUSATÓRIO

Com origem no direito grego e alinhado com o regime democrático e em sentido contrário ao sistema inquisitivo, surge o sistema acusatório, o qual é marcado por uma total separação das funções de acusar, defender e julgar, as quais são exercidas por pessoas (ou órgãos) distintas. Traz consigo esse nome em razão

da evidente necessidade de uma acusação prévia e delineada para a inauguração do processo, como leciona Avena (2017, p. 39): "Chama-se "acusatório" porque, à luz deste sistema ninguém poderá ser chamado a juízo sem que haja uma acusação, por meio da qual o fato imputado seja narrado com todas as suas circunstâncias."

Nota-se uma maior observância às garantias processuais, tais como o contraditório, a ampla defesa e a publicidade, bem como uma gestão da prova exercida primordialmente pelas partes, abstendo-se o juiz em substituí-las nessa incumbência, mantendo-se inerte e cabendo a este a imparcialidade na sua apreciação, por meio do livre convencimento motivado. Nesse diapasão se faz necessário lembrar que com advento do Novo CPC, lei 13.105/2015, houve a supressão da expressão "livre", conforme leitura do art. 371 (BRASIL, 2016), deixando explícito que a apreciação da prova pelo juiz é regrada pelas normas contidas no ordenamento jurídico, a qual devera ser sempre fundamentada. No entanto, o juiz não figura como mero espectador do processo, cabendo a ele, excepcionalmente, iniciativa probatória, conceder *habeas corpus* e decretar prisão preventiva, bem como impor ou modificar medidas cautelares, dando vida ao consagrado "poder geral de cautela" conferido ao órgão jurisdicional.

A excepcional iniciativa probatória do juiz no sistema acusatório recebe crítica de parte da doutrina, uma vez que conceder poderes instrutórios ao órgão jurisdicional tende a aproximá-lo do sistema inquisitivo. Nesse sentido é o comentário de Lopes Jr. (2014, p. 95):

Basta constatar que o atual CPP atribui poderes instrutórios para o juiz, a maioria dos tribunais e doutrinadores defende essa "postura ativa" por parte do juiz (muitas vezes invocando a tal "verdade real", esquecendo a origem desse mito e não percebendo o absurdo do conceito), proliferam projetos de lei criando juízes inquisidores e "juizados de instrução" etc.

A nosso ver seria leviano acreditar que a total isenção do órgão jurisdicional na gestão da prova pela absoluta inércia quanto à sua produção traria bons frutos ao processo. Embora a abstenção seja regra, não se pode ignorar o fato de que uma eventual negligência das partes causaria risco ao próprio resultado útil do processo, bem como uma inegável falha na prestação jurisdicional. Dotar o juiz de uma iniciativa probatória, ainda que excepcional ou mitigada, caminha no sentido de

possibilitar a ele a coleta de elementos aptos a subsidiar uma decisão mais justa, balizada por um caderno probatório mais robusto.

Contraponto nossa argumentação e buscando uma solução para o impasse, Lopes Jr. (2014) sustenta que há a necessidade de que o Estado estruture melhor as instituições que atuam na defesa das partes no processo, fortalecendo-as, em especial a Defensoria Pública, que assiste àqueles que não dispõem de recursos para arcar com os volumosos honorários.

A fala do autor é de excepcional coerência, haja vista que o direito penal tem como clientela, em regra, a população mais desprovida de recursos e para a qual a Defensoria Pública se apresenta como a única opção possível. No entanto, acreditamos que a solução para o problema não se apresenta de forma excludente, mas sim conglobante: há que se fortalecer as instituições e, ao mesmo tempo, permitir ao juiz dar certa complementação à gestão probatória, contudo visando o processo e não as partes. A iniciativa probatória do juiz deve se fundar na necessidade do exaurimento de uma dúvida ou supressão de alguma obscuridade fática, em hipótese alguma o julgador poderá se valer dessa iniciativa com vistas a buscar a comprovação de um pré-julgamento dele. Agindo de maneira ética, jamais o juiz se tornará um inquisidor.

Outro ponto importante neste sistema é a isonomia entre as partes, as quais terão iguais oportunidades de intervenção e possibilidade de demonstrarem a verdade dos fatos que alegam. Também se constitui como regra a manutenção da liberdade do acusado durante a instrução processual, somente podendo ser decretada sua segregação com a demonstração cabal dos pressupostos que autorizam sua prisão cautelar e a impossibilidade da imposição de medidas cautelares diversas da prisão. A formação da relação processual penal não ocorre senão pela iniciativa daquele que detém o seu direito de ação, obedecendo assim o princípio do “*neprocedat iudex ex officio*”.

### 2.3 SISTEMA ACUSATÓRIO FORMAL OU MISTO.

Após o advento do sistema inquisitivo no século XIII na Europa, sua aplicação fez surgir mudanças sucessivas na formatação original. Com a ocorrência da Revolução Francesa e em razão de movimentos político-sociais surgiu um sistema misto, fruto da fusão dos sistemas inquisitivo e acusatório, cujo marco se deu no

advento do *Code d’Instruction criminelle* francês de 1808, sendo, portanto também nomeado de sistema francês. Em seu magistério, Lima (2017, p. 41)descreve o sistema:

Chamado de sistema misto porquanto o processo se desdobra em duas fases distintas: a primeira fase é tipicamente inquisitorial, com instrução escrita e secreta, sem acusação e, por isso, sem contraditório. Nesta, objetiva-se apurar a materialidade e a autoria do fato delituoso. Na segunda fase, de caráter acusatório, o órgão acusador apresenta a acusação, o réu se defende e o juiz julga, vigorando, em regra, a publicidade e a oralidade.

Dissertando sobre o assunto, Távora e Alencar (2016,p. 27) trazem conceito um pouco diverso, afirmando, categoricamente, que ambas as fases ocorrem sob a presidência de um juiz, como se pode ver:

Caracteriza-se por uma instrução preliminar, secreta e escrita, a cargo do juiz, com poderes inquisitivos, no intuito da colheita de provas, e por uma fase contraditória (judicial) em que se dá o julgamento, admitindo-se o exercício da ampla defesa e de todos os direitos dela decorrentes.

Embora apresentada a divergência, vê-se uma certa unanimidade ao descrever o sistema misto como aquele que possui duas fases distintas, quais sejam: uma fase preliminar, de natureza inquisitorial, secreta e de forma escrita, com ausência de acusação e uma fase judicial, no qual é exercida a defesa à acusação, com a presença de um juiz que fará o julgamento.

Complementando a fala de ambos os autores é a explanação de Pacheco (2005), que sistema acusatório misto como aquele dividido em três fases, quais sejam: o procedimento preliminar (ou instrução preparatória), o procedimento intermediário e o procedimento principal. Segundo o autor, tal sistema tem todas as suas fases presididas por um órgão jurisdicional, que pode variar entre juízes togados, tribunal de jurados e um misto de juízes profissionais e não-profissionais. Nesse sistema há uma clara divisão de tarefas, cabendo ao juiz de instrução apenas administrar a coleta das provas, não podendo valorá-las ou imergir no mérito. O juiz do segundo momento (procedimento intermediário) faz um controle quanto à

proposição da ação. Por fim, cabe ao juiz do procedimento principal a prolação da sentença.

Notadamente o sistema acusatório formal ou misto traz à tona a necessidade de duas (ou três) fases à persecução penal, sendo todas elas jurisdicionais. Com isso, faz surgir a figura do “juizado de instrução”, órgão que recebe a incumbência de gerenciar a(s) fase(s) preliminar(es), em especial as diligências de obtenção das provas. Tal modelo faz surgir inevitáveis questionamentos de ordem prática quanto à sua adoção e funcionamento, os quais passamos a elencar: Quais seriam os custos para a implementação do sistema, dada a evidente necessidade do aumento do número de juízes togados e consequente aumento na folha de pagamento do judiciário? Qual seria o destino dos atuais Delegados de Polícia, uma vez que figura da autoridade policial dá lugar à autoridade judiciária?

Infelizmente, tais questionamentos exigem análise mais aprofundada que não pode ser realizada neste trabalho, no entanto é conveniente tê-los em mente para colaborar com a compreensão da real dimensão e complexidade do tema.

Grosso modo, acreditamos que a presença do juiz na fase preliminar conduziria à possibilidade da produção de provas naquele momento pré-processual, evitando a necessidade de repeti-las em juízo, o que traria significativo ganho de tempo na fase processual. No entanto, a mitigação do contraditório e da ampla defesa, característica da investigação, poderia atuar como fator dificultador desse “avanço”.

Embora não sirva como exemplo por estar totalmente inserido na fase judicial da persecução, o tribunal do júri se aproxima do modelo. Naquele procedimento, há duas fases distintas, sendo ambas presididas por um juiz de direito: o sumário da culpa e juízo da causa.

Dessa forma, por se tratar de um verdadeiro “meio termo” entre os sistemas inquisitivo e acusatório, parte da doutrina passou a chamar o referido sistema de inquisitivo-garantista, sendo uma espécie de sistema intermediário no qual estão presentes as garantias constitucionais como: ampla defesa, contraditório, presunção de inocência e publicidade.

## 2.4 SISTEMA PROCESSUAL ADOTADO NO BRASIL.



Quando da entrada em vigor do Código de Processo Penal, entendia-se que o Brasil havia adotado o sistema processual misto, já que a fase inaugural da persecução penal se desenvolvia por meio de um inquérito policial de natureza inquisitória e, iniciado o processo, passaria a ser adotado o sistema acusatório. No entanto, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 houve uma mudança de visão, fazendo com que a doutrina passasse a divergir quanto ao assunto. Fazendo uma interpretação conforme, Lima (2017, p. 41) entende que a Carta Magna não deixou dúvida quanto à adoção do sistema acusatório:

Porém, com o advento da Constituição Federal, que prevê de maneira expressa a separação das funções de acusar, defender e julgar, estando assegurado o contraditório e a ampla defesa, além do princípio da presunção de não culpabilidade, estamos diante de um sistema acusatório.

Corroborando com as palavras acima, Avena (2017, p. 42) identifica a adoção do sistema acusatório pela Carta Republicana, posicionando-se da seguinte forma:

[...] a consagração do *modelo acusatório* está clara em várias disposições da Constituição Federal, em especial aquelas que referem a obrigatoriedade de motivação das decisões judiciais (art. 93, IX) e as garantias da isonomia processual (art. 5.º, I), do juiz natural (art. 5.º, XXXVII e LIII), do devido processo legal (art. 5.º, LIV), do contraditório, da ampla defesa (art. 5.º, LV) e da presunção de inocência (art. 5.º, LVII).

Há também o posicionamento contrário, dando conta de que, embora a Constituição Federal de 1988 tenha trazido regras claramente alinhadas ao sistema acusatório, as regras processuais vigentes e aplicadas no Brasil estão insculpidas no Código de Processo Penal, cujo texto fornece ao julgador amplos poderes originários do sistema inquisitivo, como, por exemplo, determinar a produção de prova *ex officio*, o que leva à conclusão ter sido adotado no ordenamento pátrio o sistema misto. É nesse sentido as palavras de Nucci (2016, p. 76) ao fazer a seguinte afirmativa:

Osistema adotado no Brasil é o misto. Na Constituição Federal de 1988, foram delineados vários princípios processuais penais, que apontam para um sistema acusatório; entretanto, como mencionado, indicam um sistema acusatório, mas não o impõem, pois quem cria, realmente, as regras processuais penais a seguir é o Código de Processo Penal.

Com a devida vênia àqueles que se posicionam corroborando com esta última orientação, no entanto, não nos parece a adoção de um sistema misto a verdadeira interpretação que se deve dar à normas que vigoram no Brasil, pelo menos não utilizando o argumento acima trazido. É preciso se relembrar que as normas infraconstitucionais se interpretam por meio da Constituição e não o contrário, de forma a dar vida ao pensamento de Hans Kelsen, segundo o qual vigora uma hierarquia normativa representada por uma pirâmide, na qual a norma inferior (legislação infraconstitucional) tira a sua validade de norma superior (Constituição). Sendo assim, o próprio Código de Processo Penal deve ser confrontado com a Constituição da República, dando como não recepcionados os dispositivos que divergirem em sua essência.

De mais a mais, o sistema misto também exige a presença de um órgão jurisdicional atuando na fase pré-processual, notadamente com a utilização dos denominados Juizados de Instrução, o que não é o caso do Brasil.

### **3 FORMAS DE COLETA DOS ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO**

Conforme exposto nos itens anteriores, embora haja uma divergência quanto ao sistema processual adotado pelo legislador brasileiro, uma verdade é unânime: a persecução penal brasileira é composta por duas fases distintas. A primeira delas, de natureza preliminar, tem como escopo a coleta de elementos de informação aptos a influir no *opinio delicti* do detentor da ação penal e, portanto, subsidiar uma futura ação penal por ele proposta. Já a segunda é o processo propriamente dito, no qual se busca satisfazer a pretensão punitiva do Estado por meio de um embate entre acusação e defesa, que será ao final julgado por um órgão imparcial.

O código de processo penal ao tratar do assunto em seu art. 4º, parágrafo único (BRASIL, 1941), deixou claro não haver um monopólio da polícia judiciária sobre a investigação preliminar. Dessa forma, vários são os exemplos de investigações capazes de coletar, com maestria, os elementos de informação aptos

a viabilizar a ação penal, seja ela pública ou privada. Dentre eles podemos citar as Comissões Parlamentares de Inquérito que se desenvolvem no seio do Poder Legislativo; o inquérito civil, que tem a finalidade precípua de coleta de informações aptas a subsidiar a ação penal pública pelo órgão do Ministério Público, mas que nada obsta que as informações nele coletadas possam ser utilizadas em uma eventual ação penal; os inquéritos por crimes praticados por magistrados ou promotores, nos quais as investigações são presididas pelos órgãos correccionais de cada carreira, de acordo com o que dispõe o art. 33, parágrafo único, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (BRASIL, 1979), e art. 41, parágrafo único, da Lei Orgânica Nacional do Ministério público (BRASIL, 1993); E, de forma excepcional, o procedimento de investigação criminal presidido pelo *Parquet*, que foi regulamentado por meio da resolução 181/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público;

Dado o monopólio estatal da jurisdição e o preponderante interesse do Estado em ver realizada a persecução penal para o exercício do *jus puniedi*, nada mais coerente do que a criação de um procedimento “padrão” para a coleta dos elementos de informação necessários para se apontar a autoria e definir a materialidade das infrações penais. Nesse sentido, destinou-se aos órgãos com atribuições de polícia judiciária a incumbência da realização do inquérito policial a tarefa de investigar as infrações penais.

### 3.1 INQUÉRITO POLICIAL.

O inquérito policial é um procedimento administrativo, inquisitório, pré-processual, que se desenvolve por meio de diligências que visam à coleta de elementos de informação que apontam a autoria e definem a materialidade das infrações penal, com vistas a possibilitar o exercício da ação penal por parte do Ministério Público (ação penal pública) ou pelo ofendido (ação penal privada). Com a precisão que lhe é peculiar, Lima (2017, p. 105) define o inquérito policial da seguinte maneira:

Trata-se de um procedimento de natureza instrumental, porquanto se destina a esclarecer os fatos delituosos relatados na notícia de crime, fornecendo subsídios para o prosseguimento ou o arquivamento da

persecução penal. De seu caráter instrumental sobressai sua dupla função: a) preservadora: a existência prévia de um inquérito policial inibe a instauração de um processo penal infundado, temerário, resguardando a liberdade do inocente e evitando custos desnecessários para o Estado; b) preparatória: fornece elementos de informação para que o titular da ação penal ingresse em juízo, além de acautelar meios de prova que poderiam desaparecer com o decurso do tempo.

Tal procedimento se desenvolve sob a presidência do Delegado de Polícia, ao qual cabe a escolha dos meios investigativos e da própria sequência de diligências a serem realizadas para elucidação dos crimes.

Com o avanço do combate ao crime organizado, por meio de operações policiais de grande vulto, surgiu a necessidade da edição de uma lei que desse mais segurança ao Delegado de Polícia para o desempenho das suas funções institucionais. Não por outro motivo, foi criada a lei 12.830/13, como comentou Pacelli (2017, p. 45):

Importante alteração trazida pela Lei nº 12.830/13 diz respeito à impossibilidade de remoção arbitrária do Delegado de Polícia, o que confere maior transparência e segurança à atividade de investigação. Assim, somente por ato fundamentado e por necessidade de serviço, observadas as regras da impessoalidade, é que se poderá alterar o exercício das funções do Delegado de Polícia. De igual modo, exigir-se-á também fundamentação específica para a avocação de investigação pelos órgãos superiores da instituição, tudo conforme o disposto no art. 2º, § 4º, Lei nº 12.830/13.

A nova lei apresenta direitos inequívocos inerentes ao Delegado de Polícia no exercício da sua atribuição constitucional, dentre os quais a necessidade de fundamentação e de evidente interesse público como requisitos para a avocação do procedimento investigatório para uma autoridade superior à que originalmente o preside, bem como a exigência de fundamentação para a sua remoção. Ao positivar tais regras, o legislador fez surgir na doutrina a possibilidade do reconhecimento da existência do “Princípio do Delegado Natural”. Defendendo a existência do princípio em comento, Távora, Alencar (2016, p. 152) argumenta que “[...]especial relevo tem o § 4º, do seu art. 2º, que suscita a ideia de um princípio do delegado natural, na esteira da noção mais geral de um princípio da autoridade natural (juiz natural, promotor natural e defensor natural).”

Tendo traçado linhas gerais acerca da autoridade que o preside, faz-se necessária a exposição das características mais relevantes do Inquérito Policial.

### **3.1.1 Características do inquérito policial**

A doutrina elenca as seguintes características no tocante ao IP:

Trata-se de um procedimento escrito. Por força do art. 9º CPP (BRASIL, 2018b), o IP deverá ser reduzido a escrito ou datilografado, neste último caso, deverá ser assinado pela autoridade. Desde a edição do referido código inúmeros foram os avanços tecnológicos, tornando o procedimento literal totalmente obsoleto. Dessa forma, atualmente o IP é digitado, sendo aceita também a utilização de gravações audiovisuais em diversos atos.

É dispensável. Sendo peça meramente informativa, com o intuito de reunir elementos que comprovem a materialidade e indiquem a autoria delitiva, não é obrigatória a sua existência para o exercício da ação penal, já que ao seu detentor é lícita a utilização de outros meios para obtenção daqueles elementos.

É procedimento sigiloso. Embora por força constitucional os atos processuais devam ser públicos, o sigilo é característica inerente das investigações, que utilizam a surpresa para garantir a sua eficácia. Por força do art. 20 do CPP (BRASIL, 2018b), a Autoridade Policial deve envidar esforços no sentido de garantir o sigilo necessário à elucidação das infrações penais. Essa característica recebe algumas limitações, em especial aquela trazida pela lei 13.245/16, que alterou o Estatuto da OAB, e que será alvo de análise mais aprofundada no decorrer desta pesquisa.

É Procedimento inquisitorial. O IP é procedimento administrativo do qual não decorre sanção ao investigado. Dessa maneira, fica afastado o direito à ampla defesa e ao contraditório na fase pré-processual como garantia da própria eficácia da investigação, já que a observância fiel àquelas garantias permitiria ao investigado destruir qualquer vestígio de sua autoria ou participação no delito, bem como ocultar as fontes de prova, tornando o procedimento investigativo totalmente inócuo. Há corrente em sentido contrário, porém é conveniente expô-la mais adiante, em razão de ser o cerne da discussão aqui apresentada.

É procedimento discricionário. Tal característica se traduz em uma “liberdade” concedida pela lei à Autoridade Policial para que, dentro dos limites daquela, esta possa atuar selecionando a que for mais conveniente e oportuna para a elucidação

dos fatos. Os arts. 6º e 7º do CPP (BRASIL, 2018b) trazem um rol exemplificativo das diligências a serem realizadas pela Autoridade Policial, contudo cabe a esta decidir a sequência a ser seguida e a pertinência de cada uma delas.

É Procedimento Oficial. A incumbência do IP é de órgão oficial (Polícia Civil ou Federal), legalmente destinado para tal, nos termos do art. 144.º § 1º, I, c/c art. 144, § 4º, da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

É procedimento oficioso. Ao tomar conhecimento de infração cuja ação penal seja pública incondicionada, a Autoridade Policial deverá instaurar o IP de ofício, nos exatos termos do art. 5º, inciso I do CPP (BRASIL, 2018b).

É Procedimento indisponível. Por força do comando presente no art. 17 do CPP, a Autoridade Policial não poderá determinar o arquivamento do IP. Recebida a *notitia criminis*, o Delegado de Polícia não está obrigado a instaurar o inquérito. A jurisprudência caminha no sentido de que é lícita a utilização de instrumentos investigativos mais simples para verificar a veracidade da notícia por ele recebida. Havendo elementos que indiquem ser fundada a notícia, deverá ser instaurado o IP. Uma vez instaurado, somente ao *Parquet* cabe a promoção de arquivamento.

É procedimento temporário. Embora, nos casos de difícil elucidação, nos quais o indiciado estiver solto, a autoridade policial poderá requerer ao juiz o retorno dos autos para a realização de novas diligências, sob prazo assinalado pelo juiz. A norma não diz respeito a qual prazo máximo estaria sujeito tal procedimento, dando margem à possibilidade de o inquérito se arrastar pelo tempo, se tornando *ad eternum*. Verificando o prolongamento do prazo e a impossibilidade de se encontrar a prova pretendida, deve o Ministério Público promover o arquivamento do inquérito.

### 3.2 MUDANÇAS NO ESTATUTO DA OAB

No estado democrático de direito não há se falar em um cenário de proteção à dignidade da pessoa humana sem se reconhecer o papel do Advogado na atuação, dentro e fora dos tribunais, na defesa dos direitos e garantias fundamentais. Não por outra razão a Carta Magna de 1988 deixou bem claro em seu art. 133 que o advogado é indispensável à administração da justiça, demonstrando de forma expressa e inequívoca a importância daquele profissional na busca por uma justiça efetiva, baseada sobretudo no direito à ampla defesa e ao contraditório.

Com o intuito de regular a profissão, foi editada a lei 8.906/ 94 (BRASIL, 2018a), que dispõe o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Tal norma tem o condão não só de regulamentar o exercício da profissão, como também assegurar os direitos do advogado no seu labor.

No entanto, ao tratar no seu art. 7º dos direitos do advogado, a lei trazia considerável limitação à atuação do profissional, visto que o inciso XIV daquele artigo, em uma análise restritiva nos levava à equivocada conclusão de que ao advogado só era assegurado o direito de acesso a autos que tramitavam em repartição policial. Com isso, tornou-se rotineira a obstrução do acesso dele aos demais procedimentos investigativos, tais como os realizados pelo Ministério Público ou Comissões Parlamentares de Inquéritos.

Essa análise restritiva motivou o Supremo Tribunal Federal a editar a súmula vinculante 14, em um esforço direcionado a ampliar a atuação do advogado na defesa do seu cliente, minorando as restrições criadas pelas instituições responsáveis pela investigação criminal. Embora louvável esforço, pouca eficácia restou da edição daquela súmula, uma vez que manteve em seu texto a essência da restrição ao utilizar a expressão “órgão com competência de polícia judiciária”.

Percebendo a própria incongruência que a lei gerava e a perpetuação da análise restritiva do comando legal surge o legislador positivo, que edita a lei 13.245/16, expandindo os direitos do advogado e dando novos contornos ao exercício da ampla defesa e do contraditório. A lei em comento aboliu a expressão “repartição policial”, substituindo-a por “qualquer instituição responsável por conduzir investigação”, o que de maneira evidente, rompe os limites dos inquéritos policiais e atinge qualquer investigação criminal, sobretudo aquela realizada pelo MP.

A alteração é tão significativa que não se limita ao âmbito penal, sendo seus reflexos observados em toda e qualquer apuração de infrações, o que permite ao advogado o direito de assistir seus clientes em sindicâncias ou mesmo processos administrativos disciplinares. Expressando-se de forma clara o legislador incluiu no texto do Estatuto da OAB o inciso XXI, que dá direito ao advogado de:

assistir a seus clientes investigados durante a apuração de infrações, sob pena de nulidade absoluta do respectivo interrogatório ou depoimento e, subsequentemente, de todos os elementos investigatórios e probatórios dele decorrentes ou derivados, direta ou indiretamente, podendo, inclusive, no curso da respectiva apuração:

a) apresentar razões e quesitos; [...] (BRASIL, 2018a, p. 1).

Portanto não há mais dúvida quanto ao ganho de amplitude do direito de acesso aos autos por parte do advogado, já que o legislador foi incisivo ao ponto de criar uma causa de nulidade do ato em virtude de eventual restrição indevida de acesso. Nesse mesmo sentido, no §12 do inciso XXI previu a possibilidade de sanção penal e funcional àquele que violar o direito insculpido no inciso XIV, seja por meio de “fornecimento incompleto de autos ou o fornecimento de autos em que houve a retirada de peças já incluídas no caderno investigativo” (BRASIL, 2018a).

Positivando os direitos elencados no art. 7º da lei em comento, o legislador não se restringiu a ampliar o acesso do advogado aos autos, bem como propiciou a ele uma maior participação nas diligências ao permitir que ele apresente razões e quesitos. Da análise do texto leal sob um viés garantista é possível concluir pela possibilidade da formulação de perguntas pelo advogado, feitas por meio da autoridade policial, ao próprio cliente durante a coleta de suas declarações. Avançando no tema, sob a mesma ótica, é possível interpretar que não só as declarações do próprio cliente como todos os demais depoimentos podem ser acompanhados pelo advogado, inclusive com a formulação de perguntas. A inobservância desse acesso tem o condão de macular o procedimento, tornando nulo não só o ato em si, como também aqueles elementos de informação que dele derivarem, em homenagem à “Teoria dos frutos da árvore envenenada”.

Por fim há que se comentar que não só o texto aprovado é importante, como também o dispositivo vetado merece uma parcela de estudo quando se busca entender qual a amplitude da mudança. A Presidente da República entendeu pelo veto parcial do projeto de lei, notadamente a alínea “b” do inciso XXI do art. 7º da lei. Em suas razões de veto, a Presidente assim se manifestou:

Da forma como redigido, o dispositivo poderia levar à interpretação equivocada de que a requisição a que faz referência seria mandatória, resultando em embaraços no âmbito de investigações e consequentes prejuízos à administração da justiça. (BRASIL, 2018a, p. 1)



Como bem explicou a Chefe do Executivo Federal, a manutenção daquele artigo poderia gerar uma interpretação equivocada, na qual a capacidade diretiva da Autoridade Policial sobre o inquérito policial poderia ser modificada pela mera intervenção do advogado, ao qual se daria o poder de requisitar diligências, tal qual o faz o Ministério Público. Caminhou bem a Presidente em fazê-lo, pois atribuir ao advogado qualquer poder mandatório no curso da investigação inviabilizaria completamente a coleta de informações acerca das infrações penais. Embora a nova lei tenha uma cristalina intenção de solidificar direitos aos advogados e não dotá-los de poderes sobre as instituições e pessoas encarregadas pelos procedimentos investigativos, não seria um excesso de zelo subtrair do texto legal qualquer expressão que possa deixar margem para a interpretações em sentido contrário.

De mais a mais, o veto não suprimiu o direito do advogado a participar da coleta dos elementos de informação por meio de “requisições” (que aqui deve ser lido com o sentido de solicitação), pois o art. 14 do CPP (BRASIL, 2018b) é claro ao conferir-lhe essa possibilidade, contudo deixando clara a autonomia da autoridade em realizar ou não tal diligência, em homenagem à discricionariedade que caracteriza o procedimento, bem como para evitar que tais pedidos se tornem um verdadeiro óbice à elucidação das infrações.

Apresentada a evolução legislativa que culminou na edição da lei 13.245/16 analisada acima sob uma perspectiva jurídica, que revela um avanço na sedimentação dos direitos do advogado e inegável progresso na luta por um processo penal mais justo, não podemos olvidar de tecer alguns breves comentários sobre o contexto político no qual se originou a recente norma.

É notório, como já dito neste artigo, que o Direito Penal Brasileiro historicamente sempre teve uma clientela majoritária fixa, composta por aqueles que têm pouco ou até nenhum acesso aos recursos: financeiros, sociais, materiais, intelectuais, etc. Ocorre que, após a promulgação da Constituição de 1988 e com mais intensidade a partir dos anos 2000, o Direito Penal pátrio passou a alcançar aqueles que, até então, aparentavam ser imunes às investidas do Estado em sua busca de impor punição àqueles que cometem delitos. Existe no Brasil (e por óbvio no mundo inteiro) uma classe de criminosos alcunhada de “Colarinho Branco”, cujos crimes são cometidos com um fabuloso engenho, gerido por estruturas articuladas, com recursos quase ilimitados, com lucros extremamente expressivos e grande

influência, sobretudo política. Diversos escândalos políticos surgidos nesta década mostraram a atuação criminosa de personalidades “poderosas” em âmbito nacional, podendo ser destacados o famigerado “Mensalão” e o as investidas da “Operação Lava-jato” como exemplos dessa ampliação dos horizontes das investigações criminais. Ao se verem sob os holofotes das investigações criminais, tais pessoas também passaram a suplicar pelas mudanças e consequentes ampliações nos direitos conferidos aos investigados, o que deu inegável combustível para a evolução legislativa.

De todo modo, a lei 13.245/16 trouxe inegável avanço, se não para extinguir as interpretações restritivas pertinentes ao assunto, pelo menos amenizá-las.

#### **4 A LEI 13.245/16 E O CARÁTER INQUISITORIAL DO INQUÉRITO POLICIAL**

A nova lei buscou fortalecer o exercício da atividade do advogado na defesa de seus clientes, ampliando seu campo de atuação no que tange ao acesso dos autos e participação nas investigações a que seus clientes estiverem sujeitos. No mesmo sentido pretende pressionar as autoridades incumbidas das mais diversas investigações a envidar esforços no sentido de facilitar (ou, no mínimo, não obstruir) o acesso da defesa técnica aos procedimentos investigatórios, impulsionando a luta por uma defesa mais ampla e eficaz.

Inegavelmente, no que tange à persecução penal, a lei 13.245/16 trouxe à baila o questionamento quanto à atual natureza jurídica do inquérito policial, o qual pode ser traduzido pela seguinte pergunta: Ao garantir o acesso amplo do advogado às investigações, teria a nova lei esvaziado o caráter inquisitorial do inquérito policial, tornando-o um procedimento acusatório?

Antes de responder a pergunta é preciso tecer algumas considerações respondendo pontuais questionamentos sobre as mudanças ocorridas, sobretudo de um ponto de vista prático. O primeiro ponto diz respeito a uma possível obrigatoriedade da presença do advogado quando do interrogatório do investigado, bem como nos demais procedimentos realizados pelo delegado de polícia. Uma corrente emergiu interpretando a nova lei no sentido de que o direito do advogado em assistir seu cliente, sobretudo em seu interrogatório pessoal, impõe, necessariamente, que tal profissional se faça presente no respectivo ato, consequentemente vinculando a autoridade policial no sentido de diligenciar para

que haja a presença do defensor, sob pena de nulidade do ato em caso de ausência deste.

Totalmente descabida a interpretação. A alteração do estatuto teve como o objetivo solidificar o direito de acesso do advogado e sua participação em atos como o interrogatório do investigado. Percebe-se que a presença do defensor naquele exato momento é facultativa, no entanto, estando ele presente, não poderá haver qualquer obstrução quanto ao acesso, sob pena de nulidade do ato. Para chegar a essa conclusão, basta notar que o legislador somente alterou o Estatuto da OAB, não fazendo qualquer modificação no Código de Processo Penal ou qualquer norma processual, o que teria feito caso pretendesse mudar o procedimento ao invés de meramente criar um direito ao advogado. Outra prova de que a presença da defesa continua não sendo obrigatória é o prazo de 24 horas dado à autoridade policial para que envie cópia do auto de prisão em flagrante delito à Defensoria Pública quando o investigado não constituir advogado. Ora, se àqueles desprovidos de recursos para contratarem advogado não se faz obrigatória a imediata presença de um Defensor público, surreal seria admitir que a referida obrigação seja imposta ao delegado quando o investigado constituir um advogado particular. Entender de modo diverso levaria à necessidade da existência de plantões da Defensoria Pública adidos às delegacias para fazer frente à demanda de atendimento imediato que surgiria, o que iria totalmente de encontro à “teoria da reserva do possível” que baliza a alocação dos recursos humanos e financeiros pelos entes federativos na efetivação dos direitos.

Outro ponto diz respeito ao caráter sigiloso do inquérito policial. Observando que o legislador garantiu ao advogado acessar e examinar autos de flagrante delito ou procedimento investigativo de qualquer natureza, em qualquer repartição pública, bem como atribuiu responsabilidade à autoridade caso aja no sentido de obstruir o acesso às diligências já documentas, seja pelo seu fornecimento incompleto ou pela sua retirada de documentos que já haviam sido juntados ao inquérito, alguns juristas se posicionaram dizendo que tal ampliação do acesso se opõe ao caráter sigiloso do inquérito policial.

Não há como se filiar a essa corrente, pois o próprio estatuto, no art. 7º, inc. XXI (BRASIL, 2016), §11 já faculta à autoridade policial a possibilidade de restrição de acesso ao advogado de elementos de prova referente a diligências em andamento, desde que não documentadas. Fez bem o legislador, visto que grande

parte do sucesso das investigações se dá em razão do caráter sigiloso do inquérito policial. Dar acesso antecipado à defesa quanto às diligências que se pretende realizar, invariavelmente impediria a coleta de qualquer elemento de informação que lhe fosse prejudicial. Nessa mesma linha, ao interpretar a possibilidade do advogado “apresentar razões e quesitos” não é possível cogitar uma obrigatoriedade de notificação da defesa antecedendo a prática de atos investigatórios, como a realização de perícia. O que exige é que, caso o advogado se manifeste, seja levada em consideração a manifestação.

Também se argumentou que a presença do advogado no interrogatório e nos depoimentos, podendo apresentar razões e quesitos é um claro sinal de que o procedimento é acusatório, pois mostra-se marcado pela ampla defesa e contraditório.

Tal entendimento expõe uma “profunda mudança”, que, de fato, não existiu. Explico: é importante lembrar que a lei 13.245/16 foca na ampliação dos direitos do advogado, não naqueles inerentes ao investigado. Por óbvio que este experimenta uma proteção mais robusta dada a maior garantia de acesso do seu defensor, contudo não há qualquer mudança no sentido de impor a presença de um advogado aos atos praticados no inquérito. Também não se pode perder de vista que diversos dispositivos legais já permitiam ao advogado uma atuação mais presente no inquérito policial, como o art.14 do CPP e a redação original do art.7º do Estatuto da OAB. Doutrinadores como Lopes Jr. (2014) já sustentavam a existência de ampla defesa no inquérito policial, seja pela autodefesa (direito de ser ouvido), seja pela presença da defesa técnica, a qual poderia intervir no final do interrogatório, bem como postular diligências e juntar documentos, nos termos do art. 14 do CPP. Percebe-se, portanto, não um esgotamento do caráter inquisitivo, mas a adoção de uma postura mais garantista.

Feitas essas considerações, a resposta para o questionamento levantado só pode ser negativa, ou seja, a nova lei não esvaziou o caráter inquisitorial do inquérito policial, tornando-o acusatório. Vários são os motivos que levam a essa conclusão. O primeiro deles diz respeito à inexistência de uma obrigação por parte do delegado de polícia em notificar o defensor do investigado dos atos que por ventura vier a praticar durante a investigação, devendo apenas garantir que, caso aquele profissional deseje, seja assegurado a ele o exercício da defesa sem obstruções. Em segundo lugar, o inquérito continua sendo procedimento sigiloso, o que

demonstra-se fundamental para o próprio sucesso das investigações. O advogado tem acesso aos elementos de prova já documentados, mas pode ser impedido de conhecer das diligências em curso. A presença do advogado dá um aspecto nitidamente garantista ao inquérito policial, contudo a atuação dele deve ser encarada de forma positiva, visto que o inquérito não tem a mera pretensão de subsidiar a aplicação de sanções ao investigado, mas de colher elementos que realmente indiquem a materialidade de uma infração penal e sua possível autoria, evitando-se a formação de processos penais temerosos.

Por fim, o caráter inquisitivo do inquérito policial não se esgota na identificação da presença dessas poucas características. Tecendo uma crítica sobre o sistema processual brasileiro, Lopes Jr. (2014) afirma que, antes de se buscar as características do sistema processual (inquisitivo ou acusatório), é necessário identificar o “núcleo fundante”. Segundo o autor, embora presentes elementos de ambos os sistemas, a essência só comporta um deles como princípio fundador. Analisando o inquérito policial sob essa ótica chegaremos à conclusão que ele se desenvolve sob um “princípio inquisitivo”, cuja identificação ocorre a partir do reconhecimento de que fica a cargo do Estado, *latu sensu*, a produção dos elementos de convicção. Dessa forma, ainda que o inquérito passe a estar permeado com presença do advogado e que este tenha uma postura ativa em parte das diligências realizadas pela autoridade policial, presente continua o “princípio inquisitivo”, fazendo com que o inquérito policial permaneça com status de procedimento inquisitorial.

## 5 CONCLUSÃO

A doutrina mostra existirem três tipos de sistemas processuais distintos, os quais dão os contornos ao processo penal. O sistema inquisitivo (ou inquisitorial) é aquele cuja origem remonta ao século XIII. Adotado em princípio pelo Direito Canônico, o sistema inquisitivo tem como objetivo primeiro a busca da verdade real, reduzindo o réu a mero objeto da investigação. São características marcantes neste sistema a ausência de contraditório e ampla defesa, o acúmulo das funções de acusar e julgar em uma única pessoa, a inexistência de presunção de inocência e a possibilidade do início da ação penal *ex officio* pelo julgador. Em contraposição àquele sistema está o sistema acusatório. Neste, há clara separação das funções de

acusar, defender e julgar, sendo cada uma delas exercida por pessoa (ou órgão) independente. Aqui a dialética é o ponto marcante, devendo o julgador abster-se de dar início à ação penal ou qualquer iniciativa probatória *ex officio*. Por fim, existe também um sistema misto, que reúne características de ambos os sistemas, sendo uma parte preliminar e inquisitiva, representada pelo Juizado de Instrução e uma segunda que se desenvolve em juízo e é claramente acusatória, de onde surge a sentença penal. O Brasil certamente adotou o sistema acusatório, pois, embora a fase preliminar seja inquisitiva, o processo em si só se desenvolve com a ampla defesa e o contraditório, assumindo o julgador uma posição equidistante às partes.

O exercício da ação penal pressupõe a existência de elementos que permitam delinear a materialidade e indicar a possível autoria do delito. Embora existam diversos procedimentos aptos à sua obtenção, o meio mais comum para a coleta de tais elementos é o inquérito policial. Presidido pelo Delegado de Polícia, tal procedimento tem natureza administrativa e inquisitorial, desenvolvendo-se de forma discricionária, ficando a cargo da autoridade policial a escolha das ações que julgar mais efetivas para a coleta de elementos de informação e identificação das fontes de prova. Tal procedimento tem como características principais o sigilo, a discricionariedade e o caráter inquisitivo.

Em razão da necessidade de dar uma maior solidez ao direito dos advogados em assistir seus clientes investigados, bem como fruto da pressão dos políticos e grandes empresários que se encontravam investigados por operações policiais, surge a lei 13.245/16, que altera o art. 7º do Estatuto da OAB, conferindo ao advogado amplo acesso às investigações em curso, bem como a possibilidade de estar presente em interrogatórios e depoimentos, inclusive apresentado razões e quesitos. Tal mudança invariavelmente nos conduz à seguinte questão: a intervenção do advogado no inquérito policial possibilitada pela nova lei esvazia o caráter inquisitivo do procedimento, tornando-o acusatório?

Fazendo uma análise da nova lei é perceptível que o legislador atuou com claro intuito de ampliar o direito dos advogados. No entanto, ao fazê-lo não criou qualquer vinculação à autoridade policial quanto à presença do advogado nos atos decorrentes da investigação. Também não houve qualquer mudança procedimental feita nas normas processuais, o que deixa claro não ser a alteração do caráter inquisitivo para acusatório *amens legis* da nova norma. Há que se destacar que antes de ser uma característica, o aspecto inquisitivo é, na verdade, um princípio

norteador. Dessa forma, mesmo tendo sido adicionados ao inquérito elementos típicos do sistema acusatório, tal adição não teve o condão de torná-lo acusatório.

## REFERÊNCIAS

AVENA, Norberto Cláudio Pâncaro. **Processo penal**. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: MÉTODO, 2017.

BRASIL. Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil. Lei nº 13.245, de 12 de janeiro de 2016. Dispõe sobre a alteração do art. 7º da Lei no 8.906, de 4 de julho de 1994. **Portal da legislação**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/L13245.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13245.htm)>. Acesso em: 10 maio 2018a.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. Dispõe sobre o código de processo penal. **Portal da legislação**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm)>. Acesso em: 10 maio 2018b.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 35, de 14 de Março de 1979. Dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional. **Portal da legislação**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp35.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp35.htm)>. Acesso em: 10 maio 2018c.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993. Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências. **Portal da legislação**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8625.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8625.htm)>. Acesso em: 10 maio 2018d.

CALABRICH, Bruno; FISCHER, Douglas; PELELLA, Eduardo (Orgs.). **Garantismo penal integral**: questões penais e processuais, criminalidade moderna e a aplicação do modelo garantista no Brasil. Salvador: JusPodivm, 2010.

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de processo penal**. 5. ed. rev. .. ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 5.

LOPES JR., Aury. **Direito processual penal**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal e execução penal**. 13. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

PACELLI, Eugênio. **Curso de processo penal**. 21. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.

PACHECO, Denílson Feitoza. **Direito processual penal**: teoria, crítica e práxis. 3. ed. rev. ampl. e atual. Niterói: Impetus, 2005.

TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. **Curso de direito processual penal**. 11. ed. rev. ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2016.